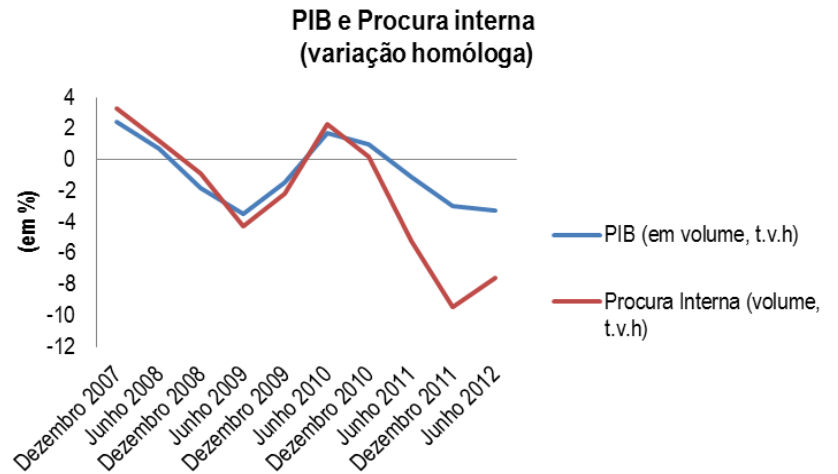


Modelo de Desenvolvimento

Há mais de trinta anos que os sucessivos governos, ora do PSD e CDS, ora do PS, procuram afincadamente destruir a produção nacional e pôr em causa o desenvolvimento económico do país. A política de direita e de cunho neoliberal conduzida por estes partidos – de braço dado com a União Europeia – têm-nos levado a um modelo económico baseado numa quase total dependência energética e alimentar, numa indústria escassa, profundamente deprimida e marcada por baixos salários, baixas qualificações e baixo valor acrescentado.

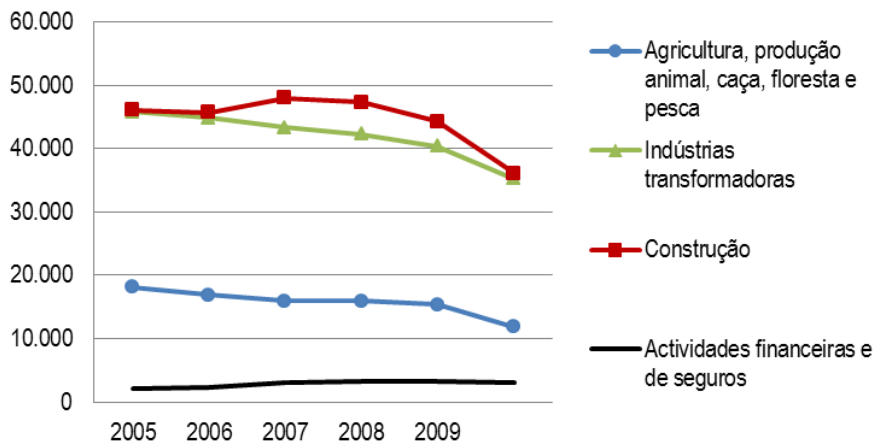
O tão proclamado reequilíbrio da balança comercial tem-se feito às custas do esmagamento do poder de compra da população leva à quebra do poder de compra e conseqüentemente nas importações. Ao contrário do que o Governo nos quer fazer querer, desta diminuição do défice externo não resulta qualquer alteração no grau de dependência do país, que só pode ser diminuída por via da substituição das importações por produção nacional.

Pelo contrário, verifica-se que a brutal quebra da procura interna tem um efeito avassalador no nível da produção interna (PIB), tendo como consequência o encerramento de milhares de empresas e indústrias – no fundamental de pequena e média dimensão (mais de 10 mil entre 2005 e 2010, só no sector da indústria transformadora) – e a diminuição da capacidade produtiva do país. Sem produção nacional, e porque a população continua a precisar de se vestir, de se alimentar e de ter energia nas suas casas e nas empresas, perpetua-se o ciclo de défices externos, só amaciados quando os trabalhadores deixam de ter rendimento para vestir e para comer.



Fonte: Banco de Portugal

Número de Estabelecimentos



Fonte: Quadros de Pessoal, GEP, MSSS

Ao mesmo tempo que se destroem os sectores produtivos, crescem as actividades financeiras, a construção imobiliária, as actividades especulativas e seguradoras. Estas são actividades que em nada contribuem para o desenvolvimento do país e que somente agravam o nosso défice externo do país. Ao mesmo tempo que consomem recursos nacionais – e na sua maioria recursos públicos, estando mais de 377 milhões enterrados no BPN e outros 6 mil milhões noutros bancos -, especulam sobre eles e cobram juros agiotos ao Estado.

A banca serve ainda como bloqueio à produção nacional, por via do corte no crédito às empresas agrícolas e industriais, sempre em benefício da construção e de outras actividades não produtivas. A recusa do crédito às pequenas e médias empresas tem servido como impedimento ao investimento produtivo – em tecnologia e meios de produção -, mas também como estrangulamento financeiro neste período de grandes dificuldades de liquidez.

DATA	Crédito à Agricultura e Indústria Transformadora Milhões €	Crédito à Construção + Actividade Imobiliária Milhões €	Credito à Habitação Milhões €	Crédito ao consumo Milhões €	Credito Líquido Total Milhões €
Dezembro de 2000	12.267	17.589	42.771	6.523	160.236
Dezembro de 2004	13.882	29.941	70.835	9.059	206.631
Dezembro de 2010	17.323	40.010	109.835	15.484	317.404
Varição em % Dez2000-Dez2010	41,2%	127,5%	156,8%	137,4%	98,1%
Varição em % Dez2004-Dez2010	24,8%	33,6%	55,1%	70,9%	53,6%
% do CRÉDITO TOTAL - Dez.2000	7,7%	11,0%	26,7%	4,1%	100,0%
% do CRÉDITO TOTAL - Dez.2010	5,5%	12,6%	34,6%	4,9%	100,0%

FONTE: Boletim Estatístico - Maio 2011; Relatório de Estabilidade Financeira - 2004 e 2010 - Banco de Portugal

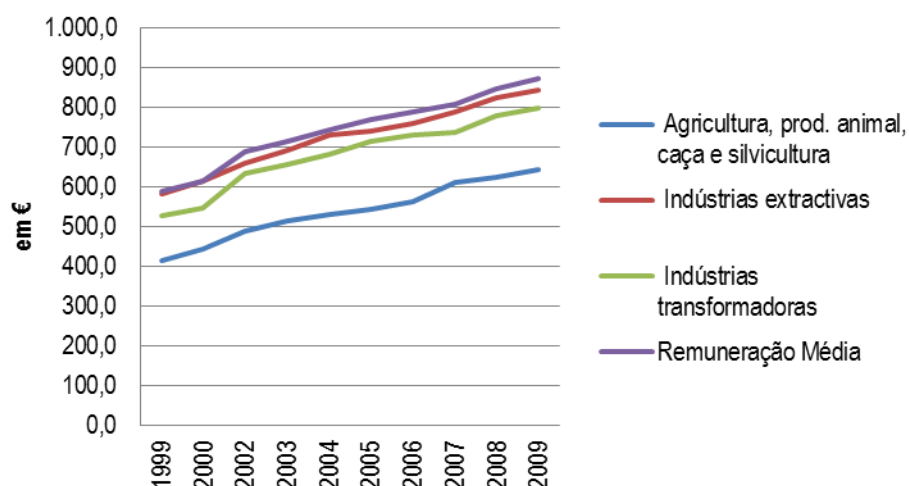
A falta de investimento nos sectores produtivos tem efeitos directos no valor acrescentado das nossas indústrias e actividades agrícolas. Marcadas por baixos níveis de tecnologia - dos mais baixos da Europa -, a maioria dos sectores industriais apresenta baixos VABs, e a decrescer com o passar dos anos.

Ano	Agrigultura, pesca e floresta	Indústria	Electricidade, água e saneamento	Construção
2006	3.760,8	20.533,0	4.500,4	10.033,7
2007	3.588,6	21.147,8	4.549,9	10.231,4
2008	3.698,6	20.832,3	4.732,0	9.728,3
2009	3.559,7	18.797,9	4.467,4	8.688,4
2010P	3.525,1	19.215,5	4.628,8	8.312,2
2011P	3.623,0	19.317,1	4.562,6	7.547,0
Varição 2006-2011 (%)	-3,66	-5,92	1,38	-24,78

Fonte: Contas Nacionais, INE

O modelo de produção desejado pelos governos da alternância e pelos grandes grupos económicos e monopolistas assenta, além da baixa tecnologia, nos salários de miséria auferidos pelos trabalhadores destes sectores, invariavelmente abaixo das já baixas remunerações médias do país, e das baixas qualificações.

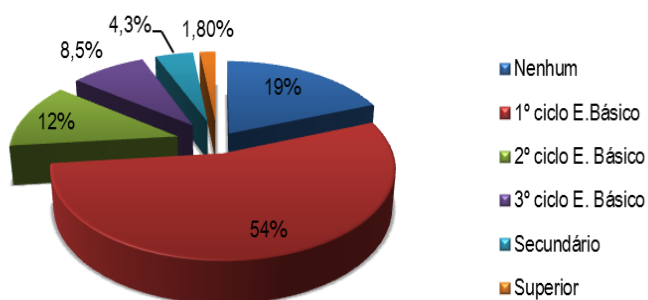
Remuneração média mensal base



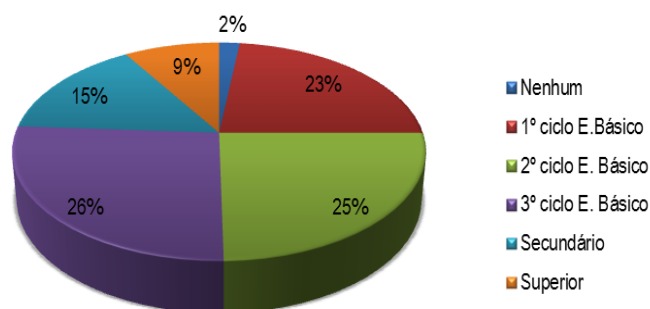
Fonte: Quadros de Pessoal, GEP, MSSS

Qualificações dos empregados

Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca



Indústria, construção, energia e água



Fonte: Estatísticas do Emprego, 2ºT 2012, INE

Dizem eles que assim se alcança competitividade, quando o custo do trabalho em Portugal é já dos mais baixos da União Europeia e continua a decrescer; sabemos nós que o que pretendem é o empobrecimento dos trabalhadores e a perda do seu o poder de compra.

Este é um modelo de desenvolvimento que não serve aos trabalhadores nem ao país, e que a experiência tem demonstrado ser um modelo falido, que nos leva à recessão económica e à mercê da volatilidade das economias das quais mais directamente dependemos (de que a Espanha é disso exemplo, tendo as exportações para Espanha diminuído mais de 4% entre Janeiro e Julho, em termos homólogos). O pacto de agressão assinado entre as Troicas Nacional e Estrangeira não só não prevêem nenhuma medida de crescimento económico, com fundamento no desenvolvimento das actividades produtivas, como promovem políticas para o aprofundamento da sua destruição, conduzindo centenas de milhares de trabalhadores para o desemprego.

Mas outro modelo de desenvolvimento é possível, necessário e urgente! Como tal, a CGTP propõe como medidas de aplicação já em 2013:

- A colocação do desenvolvimento e do crescimento no centro da política económica, o que exige, a renegociação da dívida – abrangendo a reestruturação do seu montante, duração e juros – e o prolongamento significativo do período para a redução do défice público de forma a subordiná-lo ao crescimento e ao desenvolvimento, ao emprego e a uma diminuição sustentada da dívida pública;
- A adopção de medidas de dinamização da economia, o que exige nomeadamente:
 - um programa de desenvolvimento dirigido ao investimento do sector produtivo e sua modernização;
 - a redução dos chamados custos de contexto, particularmente os da energia;
 - a facilitação do acesso ao crédito para as micros, pequenas e médias empresas; a valorização dos serviços públicos
 - a defesa e reforço das funções sociais do Estado (Educação, Saúde e Segurança Social);
 - o abandono do processo de privatizações e o desenvolvimento de acções que permitam ao Estado o controle dos sectores estratégicos para a economia portuguesa incluindo a reconstituição de um sector empresarial forte nas actividades financeiras;
 - o combate à economia clandestina